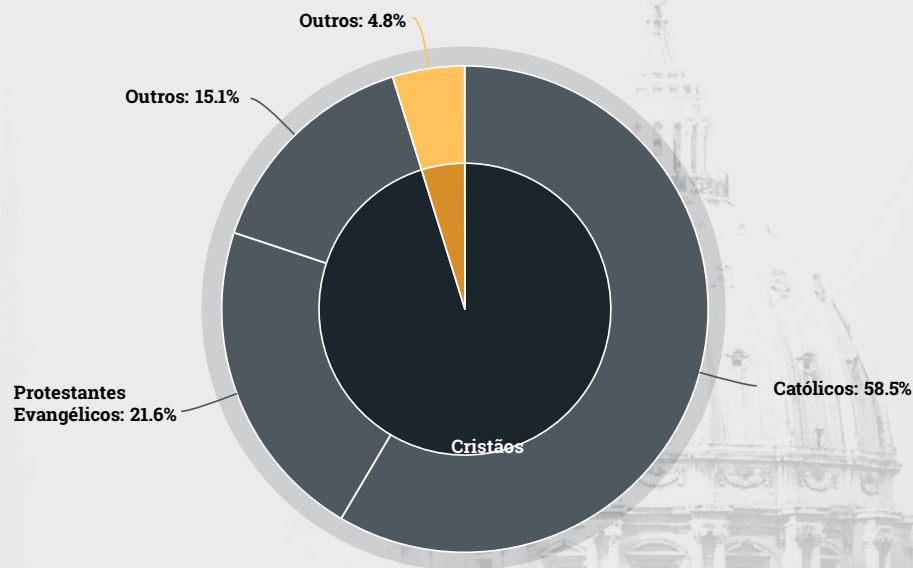


Nicarágua



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

No seu preâmbulo, a Constituição diz que o documento foi produzido em nome do povo Nicaraguano, partidos, homens e mulheres, bem como cristãos cuja fé em Deus os levou a ajudar os oprimidos.

O Estado da Nicarágua não tem religião oficial. Todos são iguais perante a lei e não é admissível a discriminação com base no nascimento, nacionalidade, crenças políticas, raça, sexo, língua, religião, opinião, origem, estatuto econômico ou estatuto social. Todos têm direito à liberdade de consciência e pensamento e o direito a professarem ou não uma religião. Ninguém pode ser sujeito a medidas coercitivas que comprometam estes direitos, ninguém pode ser obrigado a declarar a sua religião, ideologia ou crença.

Os grupos religiosos têm direito de criar organizações para realizarem as suas atividades.

Todos, individual ou coletivamente, têm direito a expressar as suas crenças religiosas em público ou em privado, através do culto, prática e ensino. Ninguém pode evitar o cumprimento da lei em nome de crenças ou normas religiosas.

A educação é secular. As escolas privadas têm direito a ter uma orientação religiosa e a ensinar religião como disciplina extracurricular.

Nenhum ministro da religião pode candidatar-se a presidente da República, vice-presidente ou deputado, a não ser que renuncie ao direito de exercer o seu ministério pelo menos doze meses antes da eleição.

Às comunidades na costa caribenha é garantido o direito de se desenvolverem de acordo com as suas tradições históricas e culturais e preservar as suas culturas, línguas, religiões e costumes.^[1]

INCIDENTES

Em outubro de 2015, as autoridades detiveram o Pastor Javier Sanchez, líder da seita ou movimento religioso Corpo Místico de Cristo. Os seus seguidores consideram-no “o ungi-do do Espírito Santo” encarregado de liderar os cristãos para o arrebatamento divino da Igreja, que alegam iria ocorrer na Primavera de 2016 na América do Norte. Como consequência, mais de 600 pessoas, incluindo 330 crianças, deslocaram-se para uma área particular e aguardaram o acontecimento. Os relatos indicam que os adultos, a maior parte dos quais nicaraguanos e alguns estrangeiros, não permitiram que os seus filhos frequentassem a escola ou recebessem cuidados médicos, e venderam todos os seus bens para alcançarem a “salvação”.^[2]

[1] http://www.bcn.gob.ni/publicaciones/periodicidad/anual/nicaragua_cifras/nicaragua_cifras.pdf (acessado em 4 de Março de 2016).

[2] <http://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/372661-detienen-lider-secta-religiosa-chinandega/> (acessado em 16 de Março de 2016).

Em fevereiro de 2016, diferentes movimentos e ministérios pastorais na Diocese de Estelí iniciaram várias atividades no contexto do Jubileu da Misericórdia, uma das quais consistiu numa peregrinação até à catedral para entrar pela Porta Santa.^[3]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A investigação revelou que, no período de 2014-2016, não se registrou qualquer incidente de intolerância, discriminação ou perseguição. Ao contrário do anterior período em análise, as relações entre grupos religiosos e o Governo foram mais pacíficas e livres de conflitos. Por isso, parece que a situação melhorou em relação à liberdade religiosa.

[3] <http://www.cen-nicaragua.org/noticias.html#pere> (acessado em 4 de Março de 2016).